

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020**

Conteúdo

Demonstrativos da composição e diversificação da carteira	3
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	4

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 30 de junho de 2020

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS
Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 09.234.078/0001-45
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações				
	Espécie/ Tipo	Quantidade	Em 30 de junho de 2020	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			2	-
Banco conta movimento			2	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez			6.771.210	27,44
Notas do Tesouro Nacional - Série F		38.978	156.725	0,63
Letras do Tesouro Nacional		7.725.729	6.614.485	26,81
Debêntures não conversíveis em ações			7.156.588	28,98
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	3.678.542	14,90
Provisão para redução do valor recuperável - Santo Antônio Energia S.A.			(787.053)	(3,19)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	1.797.986	7,28
Porto do Açu Operações S.A.		750.000	1.752.845	7,10
Provisão para redução do valor recuperável - Porto do Açu Operações S.A.			(420.036)	(1,70)
Teles Pires Participações S.A.		65.000	615.395	2,49
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.		470	235.585	0,95
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.		10	86.762	0,35
Odebrecht TransPort S.A.		7.950	130.757	0,53
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	50.768	0,21
Ligth Energia S.A.		30	15.037	0,06
Brasil Term Participações S.A.		1	887.524	3,60
Provisão para redução do valor recuperável - Brasil Term Participações S.A.			(887.524)	(3,60)
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	151.790	0,61
Provisão para redução do valor recuperável - TESC - Terminal Santa Catarina S.A.			(151.790)	(0,61)
Cotas de fundos de investimentos			1.824.557	7,39
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Oeste SN2		699.900000	701.813	2,84
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste		641.2677015	644.190	2,61
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		1.164.079.534,9148400	364.317	1,48
Ajuste a valor justo - Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia			(139.730)	(0,57)
Yosemite Fundo de Investimento Participações Multiestratégia		329.848.6648400	232.975	0,94
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100.0000000	20.992	0,09
Ações sem cotação em bolsa			6.700.389	27,15
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	2.453.131	9,94
BRK Ambiental Participações Saneamento S.A.	ON	415.699.980	2.170.439	8,79
BRK Ambiental - Centro Norte Participações	ON	90.600.000	806.604	3,27
Cone S.A.	ON	35.099.302	373.881	1,51
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	268.458	1,09
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	212.268	0,86
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	32.793.440	142.663	0,58
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	93.127	0,38
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	75.838	0,31
Ijuí Energia S.A.	PN	42.041.590	61.033	0,25
MDCPar S.A.	ON	3.842.337	42.947	0,17
Odebrecht Transport S.A.	ON	64.400.045	-	-
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	ON	510.551.593	-	-
Energimp S.A.	ON	460.437.026	-	-
OAS Óleo e Gás S.A.	PNB	2.063.983	-	-
OAS Óleo e Gás S.A.	PNA	1.786.061	-	-
OAS Óleo e Gás S.A.	ON	1.309.916	-	-
Ações com cotação em bolsa			842.851	3,41
Alupar Investimentos S.A.	Units	35.162.754	842.851	3,41
Ações preferenciais resgatáveis			324.670	1,32
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	324.670	1,32
Valores a receber			1.069.726	4,34
Valores a receber Energisa S.A. (nota explicativa nº 9 a)			778.990	3,16
Dividendos e bonificações a receber			290.736	1,18
Total do ativo			<u>24.689.993</u>	<u>100,03</u>
Valores a pagar			8.373	0,03
Taxa de administração			5.489	0,02
Auditoria e custódia			709	-
Renda fixa a liquidar			2.175	0,01
Patrimônio líquido			<u>24.681.620</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido			<u>24.689.993</u>	<u>100,03</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS (“FI-FGTS” ou “Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, quando autorizado pelo CCFGTS, e do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2020.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

Nos termos do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036, de 1990, será garantida, pela Caixa Econômica Federal, aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do Art. 13º da Lei nº 8.036, de 1990, que será apurada no momento de resgate total de cotas ou na liquidação do Fundo, de que tratam os Capítulos IV e XI do Regulamento do FI-FGTS (“Regulamento”).

Os investimentos em cotas de fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Administradora”).

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, e pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações interfinanceiras de liquidez

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pelo Fundo não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e as aplicações financeiras compromissadas.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

c.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são avaliados pelo valor da cota de fechamento divulgado pela administradora dos respectivos fundos, desde que substancialmente represente o valor justo, e caso contrário, são ajustadas para refletir tal valor justo.

c.2 Debêntures conversíveis ou não em ações

Debêntures conversíveis ou não, serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, ou pelo valor das ações em que sejam convertidas, neste caso seguindo a forma de precificação definida no Regulamento para precificação de ações.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas às necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o Regulamento do Fundo, faz com que as debêntures não conversíveis em

ações sejam classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado, consideradas as garantias dadas, equivalente, ao valor contábil.

c.3 Ações com cotação em Bolsa de Valores

As ações de companhias abertas são avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela Bolsa de Valores.

c.4 Ações sem cotação em Bolsa de Valores

As ações sem cotação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor econômico, determinado por meio de laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

c.5 Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos, e ajustados, caso aplicável, por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 4.c.6). As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor do principal.

c.6 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os valores contábeis dos ativos financeiros são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos que não sejam contabilizados a valor justo. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e se reconhece a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.7 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Fundo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Fundo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Fundo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Fundo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

d. Valores a receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 30 de junho de 2020 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 30/06/2020	Valor da emissão	Data de integralização	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	1.797.986	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	1.877.645	770.448	25/10/2012	01/11/2036
	(b)	1.800.897	809.346	28/06/2013	01/08/2037
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(787.053)			
Porto do Açu Operações S.A.	(c)	1.752.845	750.000	15/09/2012	15/08/2033
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(420.036)			
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	-	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Teles Pires Participações S.A.	(e)	615.395	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(f)	86.762	610.000	10/04/2015	15/08/2020
Brasilterm Participações S.A.	(g)	887.524	400.312	07/04/2014	07/12/2024
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(887.524)			
Alupar Investimentos S.A.	(h)	-	300.000	30/05/2012	30/05/2027
Light Energia S.A.	(i)	15.037	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(j)	235.585	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.	(k)	-	300.000	04/06/2012	04/06/2027

*Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020*

Iracema Transmissora de Energia S.A.	(l)	-	109.000	10/12/2010	10/12/2035
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	(m)	50.768	171.000	03/04/2009	03/04/2024
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(n)	151.790	88.000	18/12/2009	18/12/2029
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(151.790)			
Odebrecht TransPort Participações S.A.	(o)	130.757	75.702	14/11/2013	15/10/2025
TOTAL		7.156.588	13.973.809		

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias, penhor de direitos e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (“BNDES”)

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União Federal e supervisionada pelo Ministério da Economia. Devido ao seu *status* de empresa pública federal, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere à obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovias, porto ou saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e suas controladas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram em 06 de março de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à

construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado. Os recursos captados com essa emissão foram destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

A companhia concluiu em 14 de dezembro de 2018 as assinaturas dos instrumentos contratuais relativos ao reperfilamento da sua dívida junto ao BNDES FINEM (direto original/suplementar e indireto original/suplementar). Essa renegociação teve como principais alterações: (i) extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040, (ii) aumento do prazo de carência do principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025, (iii) pagamento gradual de juros conforme tabela abaixo, e (iv) mudança dos indexadores da dívida de TJLP para TLP (*) sendo, BNDES Direto passou de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. e BNDES Indireto passou de TJLP + 3,3% a.a. para TLP 4,7% a.a.

(*) TLP = IPCA + 2,98% a.a.

As demonstrações contábeis da Santo Antônio Energia S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 20 de fevereiro de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Em 30 de junho de 2020 foi registrada provisão para perdas no montante de R\$ 787.053, considerando a avaliação de risco realizada pelo Administrador.

c. Porto do Açu Operações S.A.

A Porto do Açu Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007, com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

A partir de 14 de outubro de 2013, o Grupo EIG assumiu o controle da Prumo Logística S.A..

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário denominado “T-2”, bem como sua retroárea, localizado no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Porto do Açu S.A., identificadas como controladora e consolidado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 27 de março de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Em 30 de junho de 2020 foi registrada provisão para perdas no montante de R\$ 420.036, considerando a avaliação de risco realizada pelo Administrador.

d. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 930,7 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médios.

Os recursos captados com essa emissão foram destinados para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Teles Pires Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram em 31 de janeiro de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

e. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra - Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

As demonstrações contábeis da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram em 05 de março de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitido pela International Accounting Standards Board (“IASB”).

f. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de

energia.

A Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014, debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerada mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., e com amortização do principal e o pagamento de juros mensais a partir de 2015.

Em 30 de junho de 2020 foi registrada provisão para perdas no montante de R\$ 887.523, considerando a avaliação de risco realizada pelo Administrador. Esse valor corresponde a 100% do saldo do investimento.

g. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. (“Light Energia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem como seu objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Em 27 de novembro de 2018 houve a alteração do Bloco de Controle da Fiadora (“Light S.A.”) da 3ª emissão de debêntures da Light Energia e pulverização do capital social da Fiadora, em virtude da aquisição pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) da totalidade das ações ordinárias de emissão da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), detidas pelo BB - Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2020, a Light Energia S.A. tem como controladora a Light S.A., que por sua vez tem como grupo controlador a CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e Rio Minas Participações (“RME”). A LEPSA e a RME são subsidiárias integrais da CEMIG.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Light Energia S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram em 12 de março de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitido pela International Accounting Standards Board (“IASB”).

h. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,6 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, do PROINFA e da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da emissora.

Em 27 de novembro de 2018 houve a alteração do Bloco de Controle da Fiadora (“Light S.A.”) da 8ª emissão de debêntures da Light Energia e pulverização do capital social da Fiadora, em virtude da aquisição pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) da totalidade das ações ordinárias de emissão da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), detidas pelo BB - Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2020, a Light Serviços de Eletricidade S.A., tem como controlador a Light S.A., que por sua vez tem como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”). A LEPSA e a RME são subsidiárias integrais da CEMIG.

As demonstrações contábeis da Light Serviços de Eletricidade S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram em 12 de março de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

i. Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão foram utilizados para investimento em infraestrutura, em

projetos integrantes do plano de investimentos relativo ao Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, constituído pela Rodovia SP-300 e acessos, assim como aos demais projetos que sejam aprovados nos termos da escritura.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, estas debêntures foram integralmente liquidadas em 28 de fevereiro de 2020, pelo valor de R\$ 474.907.

j. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica, bem como realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão foram destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

Em 17 de dezembro de 2018, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de Debêntures da EPESA, foi deliberado o ingresso de novos sócios, passando o quadro acionário a ser em 31 de dezembro de 2018 por: (i) Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL (83,60%); (ii) JRLC Participações Ltda. (5,70%); (iii) WVMC Participações Ltda. (5,70%); (iv) OZ&M Incorporação, Participação Ltda. (5,00%).

As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 27 de fevereiro de 2020, opinião com ressalva sobre a não mensuração a valor justo de valores apresentados na rubrica “Impostos a recuperar”.

k. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

As demonstrações contábeis da TESC, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, não haviam sido finalizadas até a data de aprovação das demonstrações contábeis do FI-FGTS pela Administração.

Em 30 de junho de 2020 foi registrada provisão para perdas no montante de R\$ 151.790, considerando

a avaliação de risco realizada pelo Administrador. Esse valor corresponde a 100% do saldo do investimento.

1. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros; a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A..

Os recursos captados por essa emissão foram destinados exclusivamente para uso da Concessionária Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D. Pedro I, incluindo obras de pavimentação, de maneira que o fluxo de pagamentos e as garantias da emissão são vinculados à referida concessionária.

As demonstrações contábeis da Odebrecht TransPort S.A., identificadas como controladora e consolidado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 12 de março de 2020, opinião de que as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Fundos Investidos

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o Fundo possui o montante de R\$ 1.824.557 do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (i)	364.317
Ajuste a valo justo - Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (i)	(139.730)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (ii)	1.346.003
Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (iii)	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (iv)	20.992
Yosemite F.I.P. Multiestrategia (v)	<u>232.975</u>
Total:	<u>1.824.557</u>

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (“FIP Amazônia”) iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2008 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial

mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do FIP Amazônia.

O FIP Amazônia investe aproximadamente 20% do seu patrimônio em ações da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras do FIP Amazônia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 13 de maio de 2020 contendo ressalva em razão de, desde 2014, encontrar-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Opeação Lava Jato, que investiga principalmente práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo empresas e executivos do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a MESA, investida do Fundo, faz parte.

O investimento em cotas do Caixa FIP Multiestratégia Amazônia Energia foi avaliado pelo valor justo, por meio de emissão de laudo de avaliação elaborado por empresa independente, qual seja a Thoreos Consultoria Ltda.

Abaixo, segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Metodologia: Fluxo de caixa descontado do *Equity* (“FCFE”);
- Período de projeção: a avaliação atribuiu valor apenas para a concessão existente e não considera nenhum valor para potencial crescimento. Projetou-se o fluxo de caixa do ativo até o final da concessão.;
- Taxa de desconto: Foi utilizada a metodologia CAPM (Modelo de Precificação de Ativos de Capital, da sigla em inglês) para estimar o custo de capital de cada ativo. Sobre o CAPM base, aplicou-se prêmios adicionais para riscos não capturados pelo modelo. A partir do CAPM + prêmios aplicáveis, apurou-se um Custo de Capital Próprio (“Ke”) de 10,1% ao ano em moeda real.;
- Premissas específicas: plano de negócios da companhia; Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 da EPE; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções dos bancos Bradesco, Itaú e Santander.

Com base no laudo de avaliação elaborado, foi registrado, em 31 de dezembro de 2019, ajuste ao valor justo negativo no montante de R\$ 139.730.

(ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (“FIDC NP IV Energisa”) foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina-se a investidores profissionais.

O FIDC NP IV Energisa investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

As demonstrações financeiras do FIDC NP IV Energisa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificações, datado de 15 de abril de 2020.

(iii) Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia

O Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados. As operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 anos correspondem ao período de investimento, e os 10 anos seguintes ao período de desinvestimento.

O FIP Sondas investia aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”), que se encontra em processo de recuperação judicial. Em 31 de março de 2018, foi reconhecida provisão para perda da totalidade do investimento na companhia.

As demonstrações financeiras do FIP Sondas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 13 de setembro de 2019, com abstenção de opinião tendo em vista que o FIP Sondas possui investimento em ações sem cotação em bolsa de valores da companhia Sete Brasil contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e integralmente provisionado por redução ao valor recuperável. Até a data de emissão do relatório, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do investimento na companhia investida em 31 de março de 2019.

Adicionalmente, a companhia investida teve seus administradores envolvidos em investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e suas demonstrações contábeis do exercício anterior emitidas com abstenção de opinião dos auditores independentes o que não permitiu avaliar sua capacidade de continuidade operacional, a existência de litígios, e a obtenção de evidências de suporte financeiro de seus acionistas. Considerando o estágio atual dos fatos e das investigações, não foi possível concluir quanto à necessidade de ajustes no saldo do investimento na companhia investida.

As demonstrações financeiras do FIP relativas ao exercício findo em 30 de abril março de 2020 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, com abstenção de opinião, datado de 20 de outubro de 2020.

(iv) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (“FIDC Energisa”)

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2008 e destina-se à investidores qualificados.

O FIDC Energisa investe aproximadamente 91% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

As demonstrações financeiras do FIDC Energisa relativas ao exercício findo em 30 de abril de 2020 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificações, datado de 04 de setembro de 2020.

(v) Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Yosemite”)

O Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 25 anos. O FIP Yosemite destina-se a investidores profissionais, nacionais ou estrangeiros e tem por objetivo manter a titularidade e consumir a alienação das Ações da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR de acordo com o melhor interesse dos cotistas.

O FIP Yosemite, foi criado durante o Plano de Recuperação Judicial da OAS S.A., no qual o FI-FGTS habilitou-se como credor com garantia real dado o penhor de 8.531.973 ações ordinárias e 17.063.946

ações preferenciais detidas pelo Grupo OAS na INVEPAR quando da realização do investimento, pelo FI-FGTS, por meio de aquisição de debêntures de emissão da OAS S.A. no valor de R\$ 250.000.000,00 em 13 de janeiro de 2012, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8.c. O FI-FGTS, por meio da execução da garantia e conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial, restou com uma participação de 24,44% do patrimônio total do FIP Yosemite, sendo os 75,56% remanescentes pertencentes a SPEs Offshore oriundas dos detentores de títulos de dívida estrangeiros (*bondholders*).

As demonstrações financeiras do FIP Yosemite referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de junho de 2020, enfatizando uma nota explicativa das demonstrações financeiras da companhia investida do Fundo, INVEPAR, a qual foi emitida sem ressalvas, todavia, com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da companhia em decorrência dos seguintes assuntos: prejuízo de R\$ 1.552.785 mil (individual) e de R\$ 2.070.932 mil (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019; a companhia investida possui o saldo de passivo a descoberto (consolidado) no valor de R\$ 280.215 mil. Os auditores continuam informando que, em 31 de dezembro de 2019, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nas demais notas explicativas da companhia investida, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e consequentemente do Fundo, por tratar-se do único investimento.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa de valores

O Fundo investe em ações de empresas que não são cotadas em bolsa de valores as quais são avaliadas a valor justo. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o consequente efeito no valor da cota do Fundo.

As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir:

6.1 Composição dos investimentos em quantidade de ações sem cotação em bolsa de valores

Quantidade de ações possuídas (quantidade unitária)

Empresas	30 de junho 2020		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	32.793.440	47,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	13,34%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	3.842.337	-	47,01%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%
BRK Ambiental Participações S.A..	415.699.980	-	30,00%

*Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020*

Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%
BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A.	90.600.000	-	49,00%

6.2 Movimentação financeira dos investimentos em ações sem cotação em bolsa de valores

Os investimentos em ações sem cotação em Bolsa de Valores (nível 3) em 30 de junho de 2020 estão apresentados conforme quadros abaixo:

Empresas	Saldo Contábil em 30/06/2020
VLI S.A.	2.453.131
Cone S.A.	373.881
MDCPAR S.A.	42.947
J Malucelli Energia S.A.	268.458
Brado Logística e Participações S.A	212.268
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	93.127
Hidrotérmica S.A.	75.838
Ijuí Energia S.A.	61.033
Foz do Rio Claro Energia S.A.	142.663
BRK Ambiental Participações S.A.	2.170.439
BRK Ambiental - Centro Norte Participações S.A.	806.604
TOTAL	6.700.389

a. **VLI S.A.**

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas por meio dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimento.

As demonstrações financeiras da VLI referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de maio de 2020, enfatizando uma nota explicativa da DF, a qual por sua vez contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia, suas controladas e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. A nota esclarece que parte substancial da receita bruta de serviços prestados e do custo dos serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do saldo de contas a receber e de fornecedores, no exercício findo nessa data, advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Em 31 de dezembro de 2019 a Administração efetuou a atualização do valor justo do investimento em ações da VLI com base em laudo de avaliação, elaborado por avaliador independente.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: 2020 a 2069, que compreende o período de operação da FNS, já considerando uma renovação desta concessão por prazo igual ao originalmente licitado. Em agos de 2056 a FCA é excluída das projeções em função do término do prazo de sua concessão, também já considerando uma renovação do contrato por período igual ao originalmente licitado;
- Crescimento na perpetuidade: fluxo de caixa de 2067, já excluindo os valores provenientes da FNS e FCA, e mantendo apenas a projeção de Ultrafértil e VLI Multimodal. Aplicando o crescimento de 3,44%, correspondente à inflação brasileira de longo prazo;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada para cada grupo de ativos, em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model);
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte no valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da VLI e em informações gerenciais fornecidas pela Administração; e Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Business Monitor (BMI) e estudos da EY.

b. *Odebrecht TransPort S.A.*

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 7 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A OTP é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

As demonstrações financeiras da OTP no Fundo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de março de 2020, no qual separaram um parágrafo para informar que a companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativo e, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante individual e consolidado excedia o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 812.152 mil e R\$ 1.857.183 mil, respectivamente. O relatório dos auditores complementa todavia, que, apesar do alto índice de alavancagem, 89,48% do capital total, a administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia, através da reestruturação da dívida corporativa e de suas investidas e de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial de determinados ativos, entre outras ações operacionais e financeiras. Finalizando a observação, os auditores concluem que, a eventual não confirmação dessas

ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa no 1 das DF da Companhia, indicam a existência de incertezas relevantes que podem gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das suas controladas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

Padrão de valor: Valor justo;

- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2020 até o final do período de concessão ou operação de cada empreendimento;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração o negócio e a estrutura de capital média de cada empreendimento durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas no plano de negócios de cada empreendimento e em demonstrativos financeiros da OTP, e informações gerenciais fornecidos pela Administração;
- Premissas macroeconômicas: apresentadas no Capítulo 3, com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY; e
- Os Empreendimentos CLN e CRH foram considerados por seu valor patrimonial, dada a pouca relevância no contexto da OTP. A mesma metodologia foi aplicada para os ativos VLT Goiânia e Agrovias do Nordeste (Cais 5), que estão em tratativas para rescisão da concessão.

Com base no laudo elaborado, não se apurou valor econômico para a OTP, de forma que o investimento permaneceu contabilizado a R\$ 0.

c. *Odebrecht Ambiental Participações S.A.*

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. (“OAP”) foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A., na época acionista controladora da OAP, firmou um contrato para alienação da totalidade de suas ações, equivalente a 70% do capital social da companhia para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Transação”).

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento e a troca do controle da companhia ficaram sujeitos a outras condições habituais em operações dessa natureza, como a obtenção de anuências do poder público e financiadores e a implementação de processo de reestruturação societária, a qual segregou em 29 de dezembro de 2016 ativos da OAP e suas subsidiárias na Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”).

A transação não contemplou alguns ativos do portfólio da OAP, motivo pelo qual foi realizada uma reorganização societária culminando na cisão da companhia, sendo que os ativos não contemplados, que se encontram em processo de desmobilização permaneceram na OAP.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Odebrecht Ambiental Participações S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram, em 09 de junho de 2020, parecer com ressalva sobre investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas. Atualmente, a OAP se encontra em processo de liquidação e incorporação de suas subsidiárias, objetivando a sua liquidação definitiva.

Considerando a situação da companhia e a baixa perspectiva de valor econômico positivo, não foi elaborado laudo de avaliação para este exercício e o ativo permanece contabilizado em R\$ 0.

d. *Energimp S.A.*

A Energimp S.A. ("Energimp") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

Em dezembro de 2014, a Wind Power Energia S.A. ("WPE"), acionista controladora da Energimp e fornecedora de aerogeradores dos parques em operação comercial e dos em construção, entrou em processo de recuperação judicial, o que dificultou a capacidade de cumprimento da Energimp dos contratos de venda de energia que possui, comprometendo o seu fluxo de receitas esperado. O Plano de Recuperação Judicial da WPE foi aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 19 de março de 2018, e foi homologado pelo juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Santo Agostinho, em 07 de fevereiro de 2019.

No segundo semestre de 2016 a Energimp pleiteou junto aos seus credores a concessão de uma standstill (parada) de juros e principal, de maneira a implementar as condições estabelecidas em seu plano de repactuação e reestruturação. Em janeiro de 2017 a Energimp obteve sucesso na obtenção do standstill, o qual esteve vigente até 31 de julho de 2017.

Em 2018, a Energimp e a Caixa Econômica Federal formalizaram a reestruturação das linhas de financiamento de longo prazo dos parques operacionais Ceara II e Santa Catarina e das Cédulas de Crédito Bancário firmadas com a holding.

As demonstrações financeiras da Energimp no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 13 de março de 2020, contendo ressalva decorrente de (i) em 31 de dezembro de 2019, a companhia possuía obrigações com a parte relacionada WPE, uma das suas controladoras, compostos por R\$ 147.523 mil referente à mutuo registrado no passivo circulante e não circulante, além d R\$ 98.833 mil a título de adiantamentos para futuro aumento de capital, registrado no passivo não circulante (controladora e consolidado). A auditoria não conseguiu confirmar os referidos valores e tampouco se satisfazer, mesmo através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos da Energimp com a WPE bem como os possíveis efeitos de atualizações monetárias não reconhecidas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019; (ii) os parques eólicos em operação dos complexos Centrais Eólicas do Ceará I, Centrais Eólicas do Ceará II e Centrais Eólicas do Sul estão instalados em terrenos arrendados, cujos contratos preveem a remoção de toda a estrutura operacional ao final do período de arrendamento. A Energimp e suas controladas não estimou e tampouco efetuou o reconhecimento do passivo com as obrigações de desmobilização. Consequentemente, se a referida análise tivesse sido

realizada, o ativo não circulante, o passivo não circulante, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, bem como os efeitos no resultado do exercício findo naquela data, constantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas poderiam ter sido impactados de forma significativa. Os efeitos da ausência dessa análise não foram quantificados, e; (iii) A companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, registrado no ativo não circulante consolidado, adiantamentos concedidos a Wind Power Energia S.A. para a construção e para prestação de serviços de operação e manutenção das Centrais Eólicas do Sul e Centrais Eólicas do Ceará II no valor de R\$ 232.1129 mil, bem como, saldos ativos na controladora e no consolidado de outras contas a receber referentes a processos trabalhistas com estimativa de perda provável, movidos contra a WPE, nos quais a companhia é citada como responsável solidaria e portanto registrou tal ativo em contrapartida do respectivo passivo, no valor de R\$ 41.510 mil, sendo os registros no ativo registrados na rubrica de partes relacionadas do ativo não circulante. Por não existirem garantias firmes sobre a realização dos valores a receber da WPE, devido ao processo em curso de recuperação judicial desta empresa, em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 273.639 mil, sem efeitos no resultado do exercício.

O relatório dos auditores independentes também chama a atenção para eventos ou condições que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2020 até o final do período de concessão/autorização de cada empreendimento;
- Moeda de Projeção: (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média de cada empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas Específicas: as projeções foram baseadas (i) nas demonstrações contábeis dos Empreendimentos fornecidas pela Administração; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Administração; e (iii) em informações públicas de mercado; e
- Premissas Macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY.

Com base no laudo elaborado, não se apurou valor econômico para a Energimp, de forma que o investimento permaneceu contabilizado a R\$ 0.

e. Cone S.A.

A Cone S.A. (“Cone”) é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. A Cone tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone, através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado

formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

As demonstrações financeiras da Cone no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 22 de maio de 2020, o qual conteve parágrafo de ênfase sobre o volume de transações relevantes que a Companhia mantém com partes relacionadas. Os resultados dessas relações e transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Metodologia: FCD para os ativos já em operação ou em construção;
- Período de projeção: 20 (vinte) anos, de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2039, e perpetuidade;
- crescimento na perpetuidade de 3,5%, correspondente à inflação brasileira de longo prazo;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média da empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente e terrenos para os quais não há previsão de projetos, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da Cone e em informações gerenciais fornecidas pela Administração; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Business Monitor (BMI) e estudos da EY.

f. *MDCPAR S.A.*

A MDCPAR S.A. (“MDCPAR”) foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Em 08 de dezembro de 2017 foram subscritas 85.077 novas ações da MDCPar no valor unitário de R\$ 10.92 totalizando R\$ 929, as quais foram integralizadas em 2018, conforme nota explicativa 22.

As demonstrações financeiras da MDCPAR referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório ressaltando no parecer, datado de 15 de maio de 2020, a incerteza sobre a continuidade operacional, uma vez que a Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes e apresentando passivo a descoberto. Empresas controladas diretamente pela MDCPAR ingressaram com pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido em 16 de março de 2018 e aprovado posteriormente em Assembleia pelos credores em 10 de junho de 2019. Tal situação indica a existência de incerteza relevante, levantando dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas Controladas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Relatório de Projeções macroeconômicas de longo prazo do DEPEC – Bradesco, contendo expectativa de Câmbio, Juros e Inflação;
- Modelagens econômico-financeiras das investidas a partir de 2020;
- As projeções foram feitas em Reais Mil com data-base de 31 de dezembro de 2019;
- O tempo de projeção explícita levou em consideração o prazo de duração de cada contrato ou vida útil do ativo, de maneira a contemplar um ciclo completo do prazo de retorno dos investimentos efetuados;
- A avaliação toma como base os fluxos de caixa operacionais esperados até o final dos projetos ou o valor dos ativos e passivos de acordo com a situação de cada empresa;
- A projeção considera reajustes inflacionários ao longo dos anos, ou seja, as estimativas foram realizadas em termos nominais com valores estimados a partir de 01 de janeiro de 2020;
- A taxa de desconto foi estimada com base no CAPM (Capital Asset Price Model) com exceção dos Ativos ERB CMG e CBA, que por estarem em processo de renegociação da sua dívida foi adotado o fluxo de caixa da empresa com desconto pelo WACC, e em seguida somados os ativos não operacionais e subtraídas as dívidas e os passivos não operacionais;
- Considerou-se a continuidade das operações da empresa e da administração atual, a qual definiu a estratégia de negócios, para o período projetivo;
- A avaliação não considera contingências tributárias, legais ou trabalhistas que possam surgir das operações exceto aquelas já provisionadas;
- Foi adotado o fluxo de caixa do acionista, ou seja, as avaliações estão considerando as atividades de financiamento;

g. *J Malucelli Energia S.A.*

A J Malucelli Energia S.A. ("JME") tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

As demonstrações financeiras da JME referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 20 de março de 2020, o qual contém ênfase relacionada à incerteza sobre operações que estão sendo investigadas por autoridades públicas, não sendo possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão ocorrer dessas investigações, tampouco os eventuais reflexos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2019 até o final do período de concessão/autorização de cada empreendimento;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média da empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;

- Premissas Específicas: as projeções foram baseadas (i) nas demonstrações contábeis dos empreendimentos fornecidas pela Administração; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Administração; e (iii) em informações públicas de mercado; e
- Informações públicas de mercado; e; e projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY.

h. Brado Logística e Participações S.A.

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”), atual Rumo S.A., criou em 1º de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga reefer e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

As demonstrações financeiras da Brado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado 14 de abril de 2020.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: 10 anos (de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2029), e perpetuidade;
- Moeda: Reais (R\$) correntes (considerando os efeitos da inflação);
- Taxa de desconto: Calculada através do WACC (Weighted Average Cost of Capital), em termos nominais, na qual o custo de capital é definido pela média ponderada do valor econômico dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), descritos e definidos no decorrer do trabalho.
- Ajustes: O objeto de avaliação é uma holding pura (sem atividades operacionais), seu valor foi composto pelo valor econômico da Brado Logística S.A., calculado com base no fluxo de caixa descontado e demais contas de ativo e passivo não consideradas nos fluxos de caixa, adicionado do Patrimônio Líquido da Brado Logística e Participações S.A. desconsiderando o valor de investimento na Brado Logística S.A.
- Premissas específicas: As projeções foram baseadas (i) nas demonstrações financeiras e dados gerenciais históricos; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Administração; e (iii) em informações públicas de mercado; e
- Premissas macroeconômicas: Informações públicas e informações estatísticas e setoriais foram obtidas de fontes que a avaliadora acredita serem confiáveis.

O Fundo recebeu, a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 512 no primeiro semestre de 2020, de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo.

i. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. (“Logbras”) foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011. A Logbras tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Até a data da aprovação das demonstrações contábeis do FI-FGTS não foi possível concluir o laudo de avaliação da Companhia.

j. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. (“Hidrotérmica”) é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A Hidrotérmica opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTEs), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

As demonstrações financeiras da Hidrotermica referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado 18 de junho de 2020. Foram inseridas as seguintes ênfases no relatório emitido: (i) Processo de investigação independente, na qual a Companhia e as empresas citadas em investigação conduzida pelo Ministério Público, denominada “Greenfield”, contrataram empresas independentes com o objetivo de realizar investigações forenses sobre os possíveis atos ilícitos, onde obteve-se o resultado que não foram identificadas evidências de irregularidade; (ii) Transações com partes Relacionadas, a companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionados à área administrativa; (iii) E a representação dos valores correspondentes ao exercício anterior, no qual às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo CPC 23, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os auditores independentes chamam a atenção para o fato de a companhia e suas subsidiárias apresentarem prejuízo líquidos recorrentes, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante excedia o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 576.319 mil e R\$ 1.202.782 mil, respectivamente, e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controladora e do consolidado da companhia estava negativo em R\$ 795.109 e R\$ 953.809, respectivamente. Naquela data, a companhia apresentava alto índice de alavancagem.

Diante de tais fatores, os auditores destacaram a existência de incerteza relevante que podem gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia e das suas controladas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2020 até o final do período de concessão/autorização de cada empreendimento;

- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média de cada empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas (i) nas demonstrações contábeis dos Empreendimentos fornecidas pela Administração; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Administração; e (iii) em informações públicas demercado; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY.

k. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. (“IESA”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A usina hidreletrica (“UHE”) Ijuí possui 51 MW de potência instalada.

As demonstrações financeiras Ijuí referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 28 de fevereiro de 2020, sem ressalvas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: De 01 de janeiro de 2020 até 31 de agosto de 2041;
- Moeda: Reais (R\$);
- Taxa de desconto: Calculada através do WACC (Weighted Average Cost of Capital), na qual o custo de capital é definido pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), descritos e definidos no decorrer do trabalho.
- Ajustes citados pelo avaliador: O fluxo de caixa livre para a firma é projetado considerando a operação global da empresa, disponível para todos os financiadores de capital, acionistas e demais investidores não sendo, entretanto, considerado nesse cálculo os impactos do endividamento da companhia. Sendo assim, para a determinação do valor dos acionistas, é necessário deduzir o endividamento geral com terceiros e somar o caixa disponível. De posse desse resultado, é necessário a inclusão dos ativos e passivos não operacionais, ou seja, aqueles que não estão consolidados nas atividades de operação da empresa, sendo acrescidos ao valor justo encontrado;
- Premissas específicas: Na elaboração do trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas usadas nesse processo estão baseadas em: (i) Demonstrações financeiras históricas de IJUÍ; (ii) Demonstrações financeiras de IJUÍ em 31 de dezembro de 2019 e (iii) Premissas gerenciais para projeção das receitas, dos custos e das despesas de IJUÍ;
- Premissas macroeconômicas: A modelagem econômico-financeira inicia-se com as definições das premissas macroeconômicas de vendas, produção, custos e investimentos da empresa ou unidade de negócio que está sendo avaliada. Informações públicas e informações estatísticas e setoriais foram obtidas de fontes que a avaliadora acredita serem confiáveis.

l. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (“UHE Foz do Rio Claro”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

A UHE Foz do Rio Claro possui 68,4 MW de potência instalada e garantia física de 41 MW médios, com 2 unidades geradoras em operação.

Em 18 de setembro de 2017 o Fundo exerceu a opção de venda de 4.099.180 ações preferenciais da UHE Foz do Rio Claro de sua titularidade.

As demonstrações financeiras da Foz do Rio Claro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 28 de fevereiro de 2020.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: De 01 de janeiro de 2020 até 31 de agosto de 2041;
- Moeda: Reais (R\$);
- Taxa de desconto: Calculada através do WACC (Weighted Average Cost of Capital), na qual o custo de capital é definido pela média ponderada do valor econômico dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros);
- Ajustes citados pelo avaliador: O fluxo de caixa líquido do capital investido é gerado pela operação global da unidade de negócio, disponível para todos os financiadores de capital, acionistas e demais investidores. Sendo assim, para a determinação do valor dos acionistas, é preciso deduzir o endividamento geral com terceiros e soma do caixa disponível. Outro ajuste necessário é a inclusão dos ativos e passivos não operacionais, ou seja, aqueles que não estão consolidados nas atividades de operação da companhia, sendo acrescidos ao valor econômico encontrado; usadas nesse processo estão baseadas em: (i) Demonstrações financeiras históricas de FRC; (ii) Demonstrações financeiras consolidadas de FRC em 31 de dezembro de 2019 e (iii) Premissas gerenciais para projeção das receitas, dos custos e das despesas de FRC;
- Premissas macroeconômicas: A modelagem econômico-financeira inicia-se com as definições das premissas macroeconômicas de vendas, produção, custos e investimentos da empresa ou unidade de negócio que está sendo avaliada. As previsões de volume e preço de venda de serviços, custos e investimentos foram realizadas de acordo com as premissas gerenciais e demonstrações financeiras consolidadas de FRC.

m. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, Praia de Botafogo, nº 440, 17º andar, Sala 1.701. A companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás e sua área de atuação compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda),

unidades de armazenamento, produção e/ou descarga (FPSOs - Floating Production Storage and Offloading), unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

Diante do cenário de inexistência de ativos operacionais, obras paralisadas, prejuízos recorrentes e baixa perspectiva de recuperação econômica da companhia, não foi elaborado laudo de avaliação para o investimento, mantendo-se o valor de R\$ 0 (R\$ 0 em 2018).

Até a conclusão destas demonstrações financeiras do Fundo, o processo de auditoria das demonstrações financeiras da OAS O&G, referentes ao exercício findo em 31 e dezembro de 2019 não havia sido concluído.

n. BRK Ambiental Participações S.A.

A BRK Participações S.A. (“BRK”), anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A., foi constituída em 29 de janeiro de 2016 tendo como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco nos segmentos abaixo através de suas controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto, recebidas em aumento de capital em decorrência de processo de reestruturação societária ocorrido em 29 de dezembro de 2016:

- (i) Água e Esgoto, através de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros; e
- (ii) Operações Industriais via terceirização de Centrais de Utilidades (“Industrial”).

A BRK é empresa oriunda de cisão da Odebrecht Ambiental Participações S.A. cuja participação anteriormente detida pela Odebrecht S.A., equivalente a 70% do capital social da BRK, foi alienada para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

As demonstrações financeiras da BRK referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, datado de 30 de março de 2020, que emitiram relatório com ressalva decorrente de: inclusão no ativo circulante das demonstrações financeiras saldo com partes relacionadas referente a mútuos realizados com o objetivo de suprir necessidade de caixa de certas controladas para o cumprimento de obrigações financeiras (covenants) previstas nos contratos de financiamentos e/ou debêntures dessas controladas. O relatório foi emitido com ênfase relacionada a anulação de contrato de concessão da BRK Ambiental Maranhão S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: valor justo;
- Data-base da Avaliação: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: de 01 de janeiro de 2020 até o final do prazo de concessão de cada Empreendimento;
- Valor residual: após o período contratado de cada Empreendimento foi considerado um fluxo de caixa perpétuo, com normalização de CAPEX e depreciação, de forma a refletir o caráter de renovação do portfólio de ativos da Empresa. Este conceito se aplica ao valor justo da Empresa, mas não se aplica aos valores justos de cada empreendimentos isoladamente;
- Crescimento na perpetuidade, quando aplicável, de 3,50%: correspondente à inflação de longo prazo projetada pelo BACEN;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais (considera inflação);
- Taxa de desconto: CAPM Capital Asset Pricing Model ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros;
- Ajustes: caixa excedente, dívida líquida, ativos residuais e passivos residuais foram adicionados/subtraídos do valor das operações para chegar ao valor do acionista;

- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da BRK Ambiental, em dados de fontes públicas e privadas; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Administradora optou por não considerar na contabilização do valor justo do investimento a parcela correspondente ao valor residual por considerar mais adequada a avaliação econômico-financeira da companhia com base no fluxo de caixa gerado até o término de cada concessão que atualmente integram seu portfólio.

o. BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.

O FI-FGTS detinha a totalidade das cotas do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Saneamento, que foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado e tinha por finalidade destinar recursos para a modernização, implantação e desenvolvimento de projetos no setor de saneamento, por meio da aquisição de participação acionária em companhias estaduais e municipais do setor.

Em 29 de dezembro de 2011, o CAIXA FIP Saneamento realizou o investimento de R\$ 90,6 milhões na Foz do Brasil S.A. (atualmente denominada BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. “BRK CNP”), que resultou em uma participação acionária de 49% no seu capital social, controladora da Companhia de Saneamento do Tocantins S.A. (“Saneatins”).

Em assembleia geral de quotistas instalada em 11 de maio de 2018 e encerrada em 27 de agosto de 2018 houve a deliberação pela não prorrogação do prazo de investimento do CAIXA FIP Saneamento e sua consequente liquidação, com a transferência das ações da BRK CNP para seu único cotista.

O FI-FGTS aderiu ao Acordo de Acionistas e ao Acordo de Investimentos da BRK CNP por meio da assinatura de Termos de Adesão em 23 de abril de 2018, tendo sido transferidas as ações mediante registro no Livro de Transferência de Ações da BRK CNP em 25 de maio de 2018.

As demonstrações financeiras da BRK referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 16 de março de 2020.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2019, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: valor justo;
- Data-base da Avaliação: 31 de dezembro de 2019;
- Período de projeção: de 01 de janeiro de 2020 até o final do prazo de concessão da investida;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais (considera inflação);
- Taxa de desconto: CAPM Capital Asset Pricing Model ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros;
- Ajustes: caixa excedente, dívida líquida, ativos residuais e passivos residuais foram adicionados/subtraídos do valor das operações para chegar ao valor do acionista;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da BRK Centro Norte, em dados de fontes públicas e privadas; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN).

6.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

O saldo das ações preferenciais atualizado em 30 de junho de 2020 monta a R\$ 324.670.

7 Investimento em ações com cotação em Bolsa de Valores

(a) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) é uma sociedade por ações de capital aberto, diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda., com certificados de ações negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBOVESPA) sob código de negociação ALUP 11. Possui sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, a geração, a transformação, o transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma, a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, a construção, a operação e a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, de subestações, de rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares, além da realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 5 empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C. (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.), Alupar Chile Inversiones SpA e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Alupar no valor total de R\$ 2.981.996, está representado por 596.995.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	(%)
Guarupart	452.995.367	74,71%	5.471.128	1,94%
FI-FGTS	35.162.754	5,89%	70.325.508	24,92%
Outros	115.797.849	19,40%	206.358.663	73,14%
Total	<u>596.955.970</u>	<u>100,00%</u>	<u>282.155.299</u>	<u>100,00%</u>

O Fundo recebeu a título de distribuição de dividendos intermediários em 2019 o montante de R\$ 11.604, de acordo com a participação acionaria detida pelo Fundo na Alupar.

Valor de mercado das ações (Nível 1) - Composição das Units

Em 30 de junho de 2020 a participação do FI-FGTS na Alupar está representada por 35.162.754 units, valorizadas no preço de mercado de R\$ 23,97 por ação, conforme cotação disponível na bolsa de valores, totalizando o montante de R\$ 842.851. Cada unit é representada por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais.

(b) Banco do Brasil S.A.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (*Standstill*) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do *Standstill*) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitada em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito das debêntures da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), no qual foi realizado o primeiro pagamento da garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A., cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (*Standstill*) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (*Standstill*) e Outras Avenças.

Em 15 de julho de 2019 o Comitê de Investimento do FI-FGTS aprovou, em reunião extraordinária, o desinvestimento de 68.506.737 ações ordinárias, detidas pelo Fundo, de emissão do Banco do Brasil S.A.. Pela operação, o Fundo recebeu o valor líquido de R\$ 2.974.827 em 22 de outubro de 2019.

8 Valores a receber

a. Energisa S.A.

A Energisa S.A. (“Energisa”) é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo (“Grupo Econômico”). A Energisa também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela ANEEL.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERGISA em 11

de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da Empresa de Energia Eletrica Vale do Paranapanema S.A. (“EEVP”), pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573 que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 30 de junho de 2020 o valor atualizado do crédito é de R\$ 778.435.

b. Hidrotérmica S.A.

A Hidrotérmica não apurou lucro no semestre em 2020, e, portanto, não houve distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato, não havendo dividendos para serem distribuídos pela Hidrotérmica, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra a Bolognesi Energia S.A., acionista controlador da Hidrotérmica.

Esta nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa nº 6.3.

c. OAS S.A.

A OAS S.A. (“OAS”), e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como, realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo à Escritura de Emissão.

Em 31 de março de 2015, o Grupo OAS apresentou à Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) de nove de suas empresas, a saber: OAS, Construtora OAS, OAS Empreendimentos, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Investimentos, OAS Infraestrutura, OAS Imóveis, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited e OAS Finance Limited.

Em 17 de dezembro de 2015 a OAS teve seu o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) aprovado pelos credores e homologado em 28 de janeiro de 2016 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

A emissão é garantida por penhor sobre 8.531.973 ações ordinárias, e 17.063.946 ações preferenciais de emissão da INVEPAR S.A. (“INVEPAR”), que representam aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Ante ao exposto o PRJ prevê a constituição de um veículo societário (SPE Credores), cujos cotistas serão determinados credores financeiros, incluindo FI-FGTS. Neste veículo serão integralizadas as ações da INVEPAR cedidas em garantia ao FI-FGTS e as ações da INVEPAR cedidas em garantia aos demais credores.

Desta forma, concluída a realização da alienação judicial, a SPE Credores irá deter 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.379 ações preferenciais de emissão da INVEPAR (“Ações INVEPAR”) representando 24,44% do capital social da OAS.

De acordo com o PRJ, caso a SPE Credores venha a alienar a totalidade das Ações INVEPAR, será devido ao FI-FGTS a parcela correspondente às ações da INVEPAR que garantem a operação do FI-FGTS, equivalente à 24,40% dos recursos auferidos mediante a referida alienação, após deduzidos os custos e despesas incorridos pelo veículo societário.

Conforme mencionado acima, o Plano de Recuperação Judicial da OAS S.A. e demais Recuperandas previa a transferência das ações de emissão da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) de titularidade do Grupo OAS, que representam 24,44% do total de ações da INVEPAR, ao FI-FGTS e demais credores por meio de um FIP (“SPE Credores”). Nestes sentido, em 20/05/2019, em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, houve efetiva a transferência das ações da INVEPAR de titularidade do Grupo OAS à SPE Credores.

Desta forma, concluído o fechamento do plano de recuperação judicial, o FI-FGTS passou a deter 24,40% do total das quotas da SPE Credores, que, por sua vez detém 24,44% do capital social da INVEPAR, assim, o FI-FGTS passou a deter indiretamente por meio da SPE Credores aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.v, a participação do FI-FGTS na INVEPAR foi objeto de integralização de cotas no FIP Yosemite, em 20 de maio de 2019, com a respectiva baixa dos valores a receber relativos (R\$ 227.816 em 2018).

Em decorrência do processo de recuperação judicial da OAS S.A., o Fundo figura como pólo ativo em litígio contra a companhia OAS S.A. e Construtora OAS S.A. (executada e fiadora, respectivamente), em decorrência do vencimento antecipado de obrigações do instrumento particular de 4ª Emissão de Debentures Simples, não conversíveis em ações, série única, para distribuição privada da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória da OAS S.A.

d. Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Sete Brasil e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré- Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da Sete Brasil é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Sete Brasil está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 1 de fevereiro de 2013, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Em 19 de fevereiro de 2013 o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil S.A.

A Sete Brasil havia celebrado diversos contratos de financiamento na modalidade “empréstimos ponte” que seriam pagos mediante a liberação de recursos do financiamento de longo prazo que seria contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porém não houve a contratação tampouco a liberação dos recursos previstos pela Sete Brasil.

Ao longo de 2015 o FI-FGTS notificou a Sete Brasil sobre o vencimento das debêntures, e também o Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), o qual garantia parcialmente a operação, para que pagasse os valores devidos pela Sete Brasil, e cobertos por essa garantia.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitado em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito, no qual foi realizado o primeiro pagamento de garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil, cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças, ocorrendo a baixa do valor provisionado no total de R\$ 1.870.901.

O quinto Termo de Prorrogação prevê a obrigatoriedade do pagamento do saldo residual, o qual o Fundo de Garantia da Construção Naval reconheceu e declarou. Encontra-se registrada uma provisão por redução ao valor recuperável correspondente à 100% do valor residual, conforme apresentado no quadro abaixo.

O Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 09 de novembro de 2018. Em 22 de novembro de 2018, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido deferido o processamento da recuperação judicial das empresas brasileiras, Sete Brasil, Sete Investimentos I S.A. e Sete Investimentos II S.A., Sete Holding GMBH, Sete International One GMBH e Sete International Two GMBH.

9 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a. o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b. o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições e integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 62.047.576, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotista do FGTS, totalizando R\$ 64.047.576.

Conforme dispõe o Regulamento do Fundo, anualmente, na primeira reunião ordinária após a aprovação do Relatório de Gestão do Fundo, ou em eventual situação de risco de liquidez do FGTS, o CCFGTS deliberará sobre Reinvestimento ou resgate de cotas. Considerando a composição do patrimônio do Fundo, serão passíveis de resgate os valores livres de obrigações contratuais, oriundos dos projetos aprovados em Proposta de Investimento e concluídos, desde que o seu resgate não signifique a necessidade de aporte no Fundo para fazer frente às suas necessidades de capital usuais de manutenção, como despesas, custos e demais obrigações já estabelecidos nos acordos vinculados aos investimentos e ainda não desembolsados.

As integralizações e resgate de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas/ resgatadas	Montante Integralizado/ resgatado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,392	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,382	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,487	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,707	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,993	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 2014	790.675.995,492	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Resgate em 2016	(1.030.570.540,115)	(1.770.758)
Resgate em 2018	(2.656.253.812,945)	(5.000.000)
Resgate em 2019	(4.058.743.687,434)	(8.256.676)
Total aportado/resgatado até 30/06/2020	15.083.335.001,904	7.856.357

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não houve integralizações de cotas.

10 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais

investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

Risco de não realização dos valores justos registrados

Está relacionado à possibilidade de as ações que não possuem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, e são avaliadas pelos seus valores econômico-financeiros apurados por empresas independentes especializadas, virem a ser alienadas por valores diferentes daqueles registrados.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em Bolsa de Valores, debêntures não conversíveis em ações e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 19.799.866, dos quais, R\$ 2.556.539 são provenientes de companhias que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal e/ou pelo Ministério Público Federal.

Tais situações incluem investimentos em: a. Ações das empresas Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), Odebrecht Ambiental Participações S.A., Hidrotérmica S.A. e J.Malucelli Energia S.A. nos montantes de R\$ 0, R\$ 0, R\$ 370.294 e R\$ 207.285, respectivamente; b. Debêntures da OTP e Eldorado nos

montantes de R\$ 99.864 e R\$ 1.213.577, respectivamente; c. Cotas de fundo de investimento em participações: FIP Amazônia no montante de R\$ 453.928; e d. Dividendos da Hidrotérmica S.A. no montante de R\$ 211.591. Os relatórios de auditoria que acompanharam as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 das companhias investidas OTP, Odebrecht Ambiental Participações S.A., Eldorado e FIP Amazônia contiveram ressalva ou parágrafo de ênfase devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal. Sobre o suposto envolvimento nos processos de investigação das companhias investidas J. Malucelli Energia S.A. e Hidrotérmica S.A., vide Notas Explicativas nº 7.2.g e 7.2j.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo de investimento tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu padrão de governança (i.e.. Implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” do Ministério da Transparência Fiscalização e Controle Geral da União “MTFCGU”).

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

11 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o Regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no semestre findo em 30 de junho de 2020, foi R\$ 47.636.

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de *performance*.

12 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 24.681.621 são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
30 de junho de 2020	47.636	0,19	1.282	-

13 Custódia

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em Bolsa de Valores estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. As ações com cotação em Bolsa de Valores estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo, está sob responsabilidade do Administrador, ou de terceiros por ele contratado.

14 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

15 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi a seguinte:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
30 de junho de 2020	1,98611563	(3,18)

16 Demandas judiciais

O Fundo figura como pólo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto na Nota Explicativa nº 9. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

17 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, somente contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19 Partes relacionadas

As informações apresentadas na Nota Explicativa nº 11 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo

mantém em 30 de junho de 2020 um montante de R\$ 5.489 relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o semestre a despesa com taxa de administração de R\$ 47.236.

20 Alterações Estatutárias

Em 2 de janeiro de 2020, a Administradora reduziu a taxa de administração do FI-FGTS para valor correspondente a 0,5% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades, sobre os quais incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. A referida redução teve por objetivo a adequação da remuneração da Administradora ao disposto na Lei nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019, que alterou a redação do Art. 5º da Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990, que passou a vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Em 13 de fevereiro de 2020 a Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. comunicou a Administradora quanto ao resgate antecipado do total das debêntures de emissão da companhia detidas pelo FI-FGTS, pelo saldo atualizado das debêntures, acrescido de (i) juros, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros, conforme o caso, até a data do resgate antecipado; e, (ii) de prêmio correspondente a 0,90% incidente sobre o saldo atualizado. Dessa forma, o Fundo recebeu em 28 de fevereiro de 2020 o valor de R\$ 474.907.

Em 28 de abril de 2020, ocorreu a liquidação do FIP Sondas, com distribuição dos valores remanescentes aos cotistas. A liquidação se deu após a concretização da venda da totalidade das ações de emissão da Sete Brasil Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, detidas pelo FIP Sondas, para a fundação holandesa Sondas Stichting.

Desde o início de janeiro de 2020, a pandemia de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão como seu impacto final. Adicionalmente, certas ações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e a Rússia também trouxeram aumento na volatilidade nos mercados financeiros e de capitais. Estes eventos podem ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global, o que poderia trazer reflexos na precificação subsequente da carteira do Fundo. A Administradora não acredita que haja impacto financeiro nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, como resultado destes eventos, e segue monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta à pandemia.

* * *

Daniel Boueres Sandoval
Diretor Executivo

Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR